

À Espera da Terceira Força

Fernando Balthazar de Lima

Em pouco tempo, Moçambique viu a sua imagem de modelo de democracia emergente e economia de sucesso transformar-se na mais clássica imagem de "república das bananas". Para quem estava atento, a crise era esperada. Apesar disso, surge um sinal de esperança: com a morte de Carlos Cardoso, a sociedade civil parece ter ganho um novo fôlego.

Novembro passará certamente a ser conhecido como o mês *horribilis* do calendário político moçambicano. Mais de uma centena de mortes em duas semanas transformaram em pesadelo a imagem de sucesso que afanosamente as autoridades moçambicanas vinham construindo há quase uma década.

A 9 de Novembro, manifestações de protesto convocadas pela Renamo acabaram em recontros violentos de que resultaram oficialmente 41 mortos, entre os quais sete agentes policiais. Na noite de 22 de Novembro, as televisões de todo o mundo passaram, a quente, as imagens da cara esfacelada de um dos mais prestigiados jornalistas moçambicanos, assassinado à queima roupa numa das ruas da capital. Poucas horas depois era tornado público um novo horror: numa cadeia no Norte do país, 83 presos (o médico legista falou em 75) morreram asfixiados numa cela de polícia, um espaço exíguo com apenas 21 metros quadrados.

De modelo como democracia emergente e economia de sucesso com crescimento a dois dígitos certificado pelas instituições de Bretton Woods, Moçambique desceu para um qualificativo mais tradicional em África: república das bananas. Um jornal sul-americano, dava um "conselho de amigo" e sugeria que "o país ao lado" poderia degenerar em estado gangsterizado ao estilo da América do Sul.

Uma Crise Anunciada

Mas a crise porque passa Moçambique só surpreende os menos avisados. As dúvidas deixadas pela contagem — mais exactamente a não contagem — de votos nas eleições gerais de Dezembro de 1999, há muito que deixava prever confrontos entre a Frelimo, poder de Estado e a Renamo, a principal força da oposição.

A comunidade internacional, se bem que nunca tenha dado razão às alegações de fraude eleitoral avançadas pela Renamo, tem vindo a insistir, tal como o fez nas eleições de 1994, na necessidade de acomodação política, por forma a afastar a instabilidade, inimiga declarada do desenvolvimento económico que o país tão desesperadamente necessita. Ao melhor estilo da arrogância de partido único, a Frelimo refuta liminarmente as sugestões de coligação ou conciliação, argumentando que nos modelos ocidentais — de que é actualmente decalcado o modelo político moçambicano — governa habitualmente o partido maioritário. E até a crise eleitoral americana e o farto anedotário que se gerou em torno da disputa Bush-Gore, foi usado em proveito próprio para a cobertura das mais controversas sinuosidades no apuramento dos resultados eleitorais de Dezembro.

Esquece a liderança da Frelimo que não foi pelo estrito respeito à lei que se chegou ao Acordo de Paz de Roma em 1992, processo que pôs termo a uma das mais sangrentas confrontações no continente africano. Mas é com o racional de aparência legalista que em Outubro se procede ao confisco das armas na posse da segurança da Renamo, um processo pouco eficaz do ponto de vista operacional, mas extremamente humilhante para as hostes de Afonso Dhlakama. Carlos

Cardoso, o editor assassinado, intelectualmente próximo da Frelimo, escrevia acusadoramente semanas antes da sua morte que a "Frelimo belicista" e a sua contraparte na Renamo estavam a dar passos largos na direcção do confronto. As manifestações são convocadas para a manhã de 9 de Novembro, uma quinta-feira fatídica. O Governo refugia-se novamente em argumentos legais: a lei apenas permite manifestações ao fim-de-semana e nos dias úteis depois das horas de expediente, ou seja depois das 17 horas. Para além do caricato da lei, é comum e notório que as deslocações do chefe de Estado pelo país são habitualmente cobertas com tolerâncias de ponto, a fim de assegurar molduras humanas à chegada, partida e comício de permeio.

Com a arrogância a dar o mote, a impreparação policial fez o resto. Resultado: 34 civis mortos em mais de uma dezena de incidentes violentos no Centro e Norte do país, exactamente onde se concentra o eleitorado da Renamo. Num dos relatos oficiais, um dos manifestantes foi morto junto ao rio Zambeze, quando retirava do mastro a bandeira nacional, o que levou um semanário a interrogar-se se o desrespeito pelos símbolos nacionais era sancionado com pena de morte.

Surpreendentemente, a Justiça moçambicana, que é cronicamente acusada de grande morosidade, foi particularmente expedita no julgamento de centenas de simpatizantes da Renamo acusados de manifestação ilegal e provocação de distúrbios, contribuindo para o abarrotar das cadeias, já de si sobrelotadas. Foi neste contexto que se deu a mortandade de Montepuez, onde num espaço exíguo de 7x3, estavam aglomerados 94 presos.

E se a imagem interna de Chissano e o seu Governo estão em clara maré baixa, internacionalmente, do ponto de vista institucional, Moçambique conseguiu passar com subtilidade os primeiros embates. A Internacional Socialista iniciou uma reunião cimeira em Maputo, no dia imediatamente a seguir às mortes nas manifestações, mas nem uma palavra de condenação. Por seu turno, a União Europeia recebeu Chissano de braços abertos, preferindo emitir uma declaração manifestando preocupação pela violência política em Moçambique, mas apenas depois de Chissano ter deixado Bruxelas.

Autismo governamental

Muitos observadores acreditam que tem sido o apoio externo que tem incentivado o autismo governamental aos sintomas da crise. As cheias diluvianas que atingiram o Sul de Moçambique no princípio do ano são elucidativas. O país, habituado a catástrofes e calamidades naturais, com grande tradição de entre-ajuda e movimentos solidários, ficou completamente refém das operações internacionais de auxílio. Com grande revolta, os quadros nacionais testemunharam a quase completa ineficácia da polícia, do Exército e de outros organismos vocacionados para auxílio às populações, enquanto o país era literalmente "invadido" por jovens voluntários europeus, que tomaram a seu cargo as operações de socorro às populações.

O troço de estrada ligando provisoriamente as províncias de Maputo e Gaza (os pulmões económicos do país) tornou-se motivo de chacota nacional. As empresas moçambicanas nunca conseguiram assegurar a completa operacionalidade da estrada alternativa, acabando o trabalho por ser executado por uma empreitada sul-africana.

O debate das "feridas" das cheias nunca chegou a ser feito. O Governo conseguiu rapidamente pôr de pé um apelo à comunidade internacional, e uma deslocação a Roma para reunir com doadores, assegurou compromissos na ordem dos 500 milhões de dólares, mais de metade do que anualmente a comunidade internacional desembolsa para manter o país acima da linha de água.

A Renamo acusou o Governo de irregularidades na distribuição de auxílio às populações. A Frelimo respondeu com a "falta de patriotismo" e irresponsabilidade da oposição. Mas por detrás das palavras, percebia-se a deterioração do ambiente político.

O Executivo saído das eleições de 1999 é mais do mesmo. Chissano não aproveitou a oportunidade para inflectir o rumo dos acontecimentos. Deu mesmo sinais dúbios para o exterior, ao pontuar que o actual Governo teria um cunho mais politizado que o anterior, uma indicação interpretada como mais Frelimo no Executivo. Onze meses depois, a transparência dos actos de Governo tem vindo a deteriorar-se. Operadores económicos da construção civil fazem notar que desde o início do ano o volume de negócios baixou drasticamente e referem com preocupação os jogos de bastidores a que são sujeitos os concursos que têm o envolvimento governamental. "É tudo feito em circuito fechado", diz com amargura um empresário local de ascendência indiana, com acesso habitual aos círculos do poder.

Sintomático, do ambiente actual, um desfalque no Banco Comercial de Moçambique, o banco participado pelo BCP de Jardim Gonçalves, passou a ser discutido pela imprensa, já que tribunais e a Procuradoria Geral da República (PGR) davam sinais de pouco interesse em resolver o assunto. A "lavagem de roupa suja" da PGR passou a ser feita nos jornais, com acusações e contra-acusações, forçando Chissano a demitir em bloco todos os magistrados. O caso mais ilustrativo do laxismo governamental é a nomeação de um vice-ministro para a área da juventude e desportos. No espaço de uma semana, o ministro é nomeado e exonerado, depois de se ter comprovado que havia sido anteriormente expulso do aparelho de Estado. Bandalheira, acusa a imprensa, que de caminho pôs a ridículo os assessores de que se tem vindo a rodear o gabinete da presidência de Joaquim Chissano.

O golpe na imprensa

O assassinato do editor do jornal Metical é o cair por terra de uma das bandeiras mais queridas do regime: a liberdade de imprensa. Não raras vezes, Chissano se referia a Moçambique como um dos países mais livres do continente africano, afirmação que era corroborada por Carlos Cardoso, sempre pronto a dar o benefício da dúvida ao Governo, mesmo que alguns sintomas inquietantes dessem o claro sinal que o pântano também já tinha atingido a comunicação social. Cardoso protestou formalmente sobre o que considerou censura ao seu espaço de antena na Rádio Moçambique (para divulgação de temas económicos) e qualificava no mesmo sentido a atitude da televisão de Estado. Um dos seus últimos comentários versava exactamente a parcialidade com que a televisão estava a fazer a cobertura dos incidentes de violência em Montepuez.

A turbulência decorrente das mortes violentas de Novembro poderá trazer novos desenvolvimentos à cena política moçambicana. Chissano, confrontado com a crise, reconheceu que o país não atravessa um bom momento e abandonou momentaneamente o discurso triunfalista. Depois de meses de intransigência, aquiesceu publicamente em encontrar-se com Afonso Dhlakama, uma sugestão que a comunidade internacional e as confissões religiosas têm vindo a sugerir.

A sociedade civil ganhou um novo fôlego com a morte de Cardoso. Fazendo uso de uma máxima dos tempos de Samora Machel — transformar a dor em instrumento de luta — sectores influentes na sociedade moçambicana, nomeadamente na comunidade empresarial, aumentaram o nível de exigência sobre o Governo para que se demarque das práticas criminosas, combata a corrupção e implemente a transparência nos actos de administração. A acção tem outro objectivo: numa perspectiva reformista, pretendem estes sectores que a ala do Governo e da Frelimo sensível à luta contra a corrupção e aos negócios ilícitos se demarque finalmente do corpo corrompido do regime.

Uma espécie de terceira força defendida com insistência por Carlos Cardoso nos seus fervorosos editoriais.

Não é claro para que lado penderá Chissano.